



O SEMIÁRIDO ALAGOANO FRENTE À CRISE DO CAPITAL: as faces da exploração e dominação da classe trabalhadora

Mailiz Garibotti Lusa¹
Maria Ester Ferreira da Silva²
Cícero Ferreira de Albuquerque³

PROPOSTA DA MESA TEMÁTICA COORDENADA

Propõe-se discutir a dinâmica econômica, social, política e cultural do semiárido alagoano, a partir de uma análise conjuntural que aborda as inflexões da crise estrutural do capital e da estratégia do neodesenvolvimentismo para a vida da classe trabalhadora desta região. O tema será transversalizado pela análise das políticas públicas voltadas ao espaço rural, com especial destaque para a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural e para a Política Quilombola. Aborda-se ainda uma das expressões da agudização da pobreza e ausência do Estado na garantia plena dos direitos sociais, que é o intenso e contínuo fluxo migratório, temporário e permanente, para a região canavieira da zona da mata e também para a capital de Alagoas. A luta de resistência contra a exploração e a dominação, manifestadas na região principalmente nos aspectos econômico e político, mas também social e cultural, é tratada a partir da experiência das comunidades quilombolas.

Conteúdos específicos:

- Análise de conjuntura sobre a crise estrutural do capital e o neodesenvolvimentismo no semiárido;
- Exame crítico sobre as políticas públicas voltadas para o semiárido rural;
- O intenso e contínuo fluxo migratório como expressão da exploração e dominação do capital; e
- A luta quilombola no que tange a resistência à exploração e à dominação capitalista, expressa através da defesa dos direitos quilombolas, dentre os quais o cultivo aos costumes e tradições.

¹ Doutora. Universidade Federal de Alagoas (UFAL). E-mail: mailzilus@yahoo.com.br

² Doutora. Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

³ Doutor. Universidade Federal de Alagoas (UFAL)/ Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).



POLÍTICAS PÚBLICAS NO SEMIÁRIDO ALAGOANO E A RESISTÊNCIA QUILOMBOLA E CAMPONESA FRENTE À EXPLORAÇÃO CAPITALISTA

Mailiz Garibotti Lusa¹

RESUMO: Na exposição são discutidas as políticas públicas, com base na concepção do Estado e suas funções no capitalismo em crise. A análise dirige-se especificamente para o semiárido alagoano e objetiva-se apontar as intencionalidades capitalistas de dominação expressas e subentendidas nos objetivos das políticas públicas. Neste quadro, são apontadas as formas de resistência política e cultural das populações quilombolas aos mandos do Estado, que ganham significado de lutas sociais e contribuem para a superação da ordem do capital.

PALAVRAS-CHAVE: Semiárido; Políticas Públicas; Quilombolas; Resistência.

ABSTRACT: In this exposition are discussed public policies, based on the conception of the state and its functions in capitalism in crisis. The analysis is specifically directed for the semiarid region of Alagoas and aims point out the intentions of domination capitalist expressed and implied in the public policies objectives. In this circumstances, it presents the forms of political and cultural resistance of populations quilombolas to the mands to the state, who earn meaning of social struggles and contribute to the overcoming of the capitalist order.

KEYWORDS: Semiarid; Public Policy Quilombolas; Resistance.

¹ Doutora. Universidade Federal de Alagoas (UFAL). E-mail: mailizilus@yahoo.com.br



1 O MARCO NA PAUTA DO DEBATE: a crise do capital

A crise do capital está estampada mundialmente nas manchetes dos jornais e na face sofrida dos milhões de trabalhadores, inclusive da população do semiárido alagoano. Todas são as esferas da crise: econômica, política, social, cultural, de sustentabilidade do planeta e, porque não, do próprio homem. Trata-se de uma crise em sua totalidade, ou como identificou Mészáros (2011), trata-se de uma crise estrutural, gerada pelo sócio-metabolismo do capital, que será superada apenas pela transformação societária.

Inicia-se situando a conjuntura de crise, por entender que para tratar do tema proposto nesta mesa, 'as políticas públicas no semiárido e as formas de resistência à dominação e exploração capitalistas', é imprescindível tomar tal quadro como referência.

Para explicar o quadro de crise e seu agravamento, Mészáros (2011, p. 29) diz que

As recentes tentativas de conter os sintomas da crise [...] só cumprem o papel de sublinhar as determinações causais antagônicas profundamente enraizadas da destrutividade do sistema capitalista. Pois o que está fundamentalmente em causa hoje não é apenas uma crise financeira maciça, mas o potencial de autodestruição da humanidade no atual momento do desenvolvimento histórico [...].

Para Chesnais (1998), a crise mundial instalada nos anos 1970 foi solidificando-se, sendo incrementada pela potencialização da especulação financeira como estratégia de aumento fetichizado do capital, pela internacionalização da produção e do capital, pela queda na taxa de lucros e pelo aumento da concorrência internacional, requisitando a reestruturação produtiva na tentativa de recompor a dinâmica de acumulação do capital, que evidencia falhas, mesmo com o aumento exponencial do consumo globalizado.

O semiárido alagoano não está fora deste contexto e, neste sentido, sofre também os rebatimentos desta crise, os quais agravam-se pelo descaso político, pelo tradicional mandonismo, pela teimosa concentração de renda, pelas constantes intempéries que se agravam com a desmedida destruição ambiental. No semiárido despido de políticas públicas efetivas, os efeitos da crise desafiam os trabalhadores à produção e reprodução da vida.



Para organizar esta exposição, foram realizados estudos e análises fundamentados na perspectiva crítica-dialética, abordando qualitativamente a configuração da crise e seus rebatimentos no semiárido alagoano, especialmente a configuração das políticas públicas direcionadas para as populações rurais tradicionais: os quilombolas.

A exposição sintetiza parte das observações dos três anos de exercício docente no semiárido alagoano, junto ao curso serviço social da Universidade Federal de Alagoas, Campus Arapiraca e está organizada em três partes. Na primeira trata-se sobre a relação entre capital e Estado, que articulando interesses políticos e econômicos utilizam as políticas públicas como instrumentos de contenção dos conflitos e das lutas da classe trabalhadora, bem como para amenizar as expressões da questão social. Na segunda, discute-se sobre os elementos marcantes na configuração do semiárido. E na terceira, sobre as formas de resistência das populações quilombolas ao modelo neodesenvolvimentista atual, expressa pelos questionamentos ao desenho da política a eles voltada.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Capital e Estado: o papel das políticas públicas nesta aliança

O Estado, para Silva (1999, p. 57), “emerge das lutas sociais e políticas, como *locus* institucional da gestão e regulação da vida em sociedade”, cabendo-lhe “administrar tanto o interesse do soberano (*res principis*), quanto aquele público (*res pública*)”. Na modernidade “o Estado é a ordem jurídica e política que regula um sistema de dominação: do homem pelo homem, segundo Weber; de uma classe social por outra, segundo Marx e Engels”.

A concepção de Estado e das suas funções vai se transformando. No capitalismo, o soberano passa a ser o capital e o Estado torna-se palco para os gerenciamentos da burguesia, que privilegia seus interesses de classe. Estado e capitalistas aliam-se na defesa do poder político e do poder econômico diante do acirramento da questão social.



Com o agravamento da questão social no século XIX e o avanço dos movimentos populares de perspectiva socialista, intensifica-se o questionamento sobre o papel do Estado. Por outro, a visão liberal do Estado identificado com a nação, garantia de liberdade dos indivíduos, agente do bem-estar coletivo e da justiça social. Por outro lado, a crítica marxista ao Estado como instrumento de opressão de uma classe por outra sob a aparência do equilíbrio e da justiça, ao fazer passar por interesse geral os interesses da burguesia (SILVA, 1999, p. 58).

Ora, é a partir da crítica marxista que se reconhece o papel do Estado na sociedade capitalista. Como dito, ele alia-se a burguesia na defesa dos interesses de ambos, e na invisibilidade daqueles da classe trabalhadora. O que não indica que as lutas dos trabalhadores não pressionaram o Estado na resolução de seus interesses. Pelo contrário, será nos momentos de acirramento das disputas de classe que o Estado se fará presente para gerenciar a crise, utilizando como estratégia o reconhecimento ou a retirada dos direitos – dos trabalhadores – e sua concretização em políticas públicas.

Pereira (2009) confirma isto, ao indicar que o aprofundamento do capitalismo trouxe consigo o desenvolvimento de crises, que se ampliaram a partir de fins do século XIX, gerando conflitos e o agravamento das tensões entre trabalhadores e capitalistas. Neste contexto, o coletivo de trabalhadores, extremamente alijados de autonomia e liberdade, aprimorou sua organização e pressionou o Estado e a sociedade para a conquista de direitos. Naquele tempo também surgiram os sindicatos e a participação política da classe trabalhadora tornou-se crescente, colaborando para a ampliação das funções do Estado.

Esta foi a conjuntura recente do surgimento das políticas sociais, que para além de se configurarem como mediações para a efetivação de direitos, foram estratégias para a contenção dos conflitos. Assumindo características diferentes em cada tempo histórico e conjuntura econômica, política e social, as políticas públicas caracterizaram diferentes tipos de Estado, sempre cumprindo a função de regulação social, política e econômica.

Com a crise estrutural capitalista – gerada desde os anos 1970 e tornada visível em 2008 –, evidencia-se o esgotamento do sistema. O capital, ameaçado em seu metabolismo de reprodução, volta a assediar o Estado, atribuindo-lhe o gerenciamento da crise, sem abrir mão da sua liberdade produtiva e de mercado. A estratégia é recompor alguns receituários, mesclando parte do (neo)liberalismo com boa dose de (neo) desenvolvimentismo.



O Brasil, mesmo tentando sustentar os índices econômicos, entra em crise. Os sinais visíveis estão nas medidas do Estado – em nada questionadas pelo capital – para a aceleração da economia. A nova estratégia de desenvolvimento, diversa daquela dos 1950 e 1960, opera a “maior abertura do comércio internacional; maior investimento privado na infraestrutura e maior preocupação com a estabilidade macroeconômica” (CASTELO, 2012, p. 624). O desenvolvimentismo se recoloca numa nova roupagem, dizendo-se sustentável.

O novo ideário, apesar de reclamar contraste com o neoliberalismo, associa-se a ele nas suas mais nefastas intencionalidades: a residualidade de alguns tipos de atendimento, especialmente sociais, combinada – e, ao mesmo tempo, contrastada – com medidas de aceleração do consumo e com pesados investimentos na subvenção pública da produção. Num Estado democrático, supostamente governado por um partido político dos trabalhadores, a aliança entre Estado e burguesia evidencia-se na ampliação dos investimentos sociais, focalizados na transferência de renda para o segmento dos trabalhadores que vivem na miséria, com intenção de torná-los consumidores, enquanto as demais políticas de seguridade são erodidas, assistencializando-se o atendimento.

Este é o retrato do Estado e da sociedade em tempo de mundialização do capital, que vive crise estrutural. Nele acirra-se a pobreza e a exclusão, pois se continua gerando o aumento exponencial das desigualdades, através da exploração de classe.

2.2 O Semiárido Alagoano: elementos centrais da sua configuração

Em dados breves, neste item serão resgatados os elementos centrais¹ que conformam o semiárido alagoano, a partir de uma análise da sua formação sócio histórica.

¹Uma análise mais detalhada da formação sócio-histórica do semiárido alagoano, da qual se retira os elementos centrais que caracterizam-no na atualidade, pode ser encontrada na Parte I da tese “A (in)visibilidade do Brasil rural no Serviço Social: o reconhecimento dos determinantes a partir da análise da mediação entre a formação e o exercício profissional em Alagoas”, defendida na PUC-SP em 2012 e no artigo “O rural no semiárido e a formação sócio-histórica de Alagoas” que será publicado pela EDUFAL em outubro próximo, no livro “Terra em Alagoas”.



A partir da última, percebe-se a concentração de terra e de poder, gerando o coronelismo econômico e social e o mandonismo político, assim como as desigualdades exponenciais. A escravidão negra; a catequização, apresamento, escravidão ou servidão e dizimação das populações indígenas concederam traços às relações sociais e contribuíram para que as lutas de resistência surgissem no passado e perdurassem no presente, sendo acompanhadas pela violência social e política, que marca o presente.

Com o aprofundamento das desigualdades, assim como em outras regiões do país, desde início do século XX aconteceram levantes de pequenos e médios produtores, que resistiam ao violento processo de expansão das grandes extensões monoculturais e à exploração do trabalhador rural, o que marca a cena política até o momento presente.

Já no século XXI, a tendência histórica de concentração de terras e poder permanece, juntamente com outros traços, perpetuando a dominação política das famílias tradicionais, expressa a cada pleito eleitoral, ao lado das lutas sociais dos trabalhadores. Ocorre a ampliação da monocultura, que limita a produção diversificada de alimentos em Alagoas e expulsa os trabalhadores para as cidades da zona da mata e capital.

Embora a predominância seja da produção açucareira em Alagoas, no semiárido encontra-se a produção de leite, o cultivo de frutas e de algumas oleaginosas como o amendoim. Aí são produzidas as culturas que oferecem sustentação para a produção leiteira – a bacia leiteira se concentra no sertão – e de gado, como por exemplo, o cultivo da palma.

O tipo de propriedade rural que predomina é de pequenos e médios produtores, embora haja a presença de grandes produtores. Nessa região há menor incidência do latifúndio, o que não indica, contudo, que ele não se faça presente. Consequentemente, no semiárido existe uma maior diversificação da produção agrícola, comparativamente ao litoral e à zona da mata, onde predomina a monocultura da cana. Assim, é no semiárido alagoano que a unidade camponesa de produção familiar é mais presente. Essa população camponesa que trabalha com a produção familiar é potencialmente usuária de programas e serviços instituídos nas políticas sociais do governo federal. Este dado aponta que a maioria da população tem baixa renda familiar, não conseguindo extrair do



campo os recursos necessários para a subsistência, o que colabora para o fluxo migratório (LUSA, 2013).

Outro aspecto é que, embora dizimados, os povos indígenas ainda ocupam pequenos territórios em Alagoas. O agreste é a região semiárida que mais possui aldeias indígenas reconhecidas pela FUNAI, sendo o município de Palmeira dos Índios o território com maior número de aldeias: seis no total (LUSA, 2011). Em menor número, mesmo assim presentes, estão os territórios quilombolas reconhecidos pelo Estado, outros em fase de reconhecimento e outros ainda reivindicando por ele. A constatação da presença das populações tradicionais, em especial no semiárido, indica a permanente luta dessas comunidades pela posse e uso da terra, segundo os seus princípios e valores culturais, de vida e de trabalho. Nestes territórios tradicionais a ocupação das terras é geralmente comunal e a produção volta-se para a subsistência familiar e comunitária, bem como para a pequena comercialização nas feiras semanais promovidas nas cidades (LUSA, 2013).

Outro elemento que vem marcando o semiárido alagoano nas últimas três décadas é o processo de ocupações de terras por camponeses organizados em movimentos sociais, com destaque para o Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)¹. Essa presença tem sido constante em todo o território estadual, inclusive no semiárido, explicitando os conflitos fundiários e a exclusão do acesso a terra (LUSA, 2012).

O clima semiárido e os seguidos prolongamentos da estação seca deixam o território em permanente alerta e exigem das mulheres e dos homens do campo muita persistência e criatividade na produção da vida cotidiana. Eles não arrefecem forças nesta luta diária e como resultado, o semiárido é o lugar de maior diversidade de produtos agrícolas do Estado: fruticultura, bovinocultura e ovinocultura de leite e de corte, avicultura de corte e postura, produção de grãos como o milho e de leguminosas como o feijão e a fava, somam-se a produção de macaxeira, inhame, abóboras, temperos e a horticultura (LUSA, 2013).

¹Em relação a este aspecto das lutas sociais no campo na atualidade, há de se registrar no semiárido alagoano a presença de uma associação de camponeses, surgida no ano de 2006 e que desde abril de 2011 passou a se identificar como movimento social: o Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores do Campo de Alagoas (MTC-AL). Antes reconhecido como Associação dos Moradores do Agreste Alagoano (AMIGREAL), o MTC-AL volta suas ações tanto para a educação do campo, quanto para a luta pela conquista da terra, utilizando a mesma estratégia adotada por outros movimentos sociais camponeses, qual seja a ocupação de terras consideradas, pelo movimento, como devolutas e improdutivas.



A partir desse panorama é possível perceber a diversidade de organização econômica, política, social e cultural que constituem o semiárido rural alagoano. Como efeito, evidencia-se a produção de vasto tecido de desigualdades sociais, pobreza e miséria. Este semiárido configura-se como produtor de demandas para os serviços de atendimento às políticas públicas, os quais mediam a efetividade dos direitos sociais, especialmente.

2.3 Quilombolas: políticas públicas e resistência cultural

A história das populações quilombolas no Brasil é herança dos séculos de ocupação e dominação portuguesa, fundada na exploração da força de trabalho dos negros africanos escravizados pelo branco europeu. Essa história remonta o contínuo processo de lutas e resistências expressas nas fugas, revoltas e surgimento dos quilombos (DIEGUES JÚNIOR, 2002). Elas se reconfiguram atualmente quando os quilombolas exigem reconhecimento do Estado como povos tradicionais, o direito a terra e a preservação da cultura e história.

Em Alagoas existem 52 territórios quilombolas, segundo dados da 'Rede Mocambo'¹ (2008). A Comunidade Quilombola da Tabacaria, de Palmeira dos Índios, foi a primeira legalizada como 'território remanescente de quilombos', em 2008, recebendo a titulação das terras em 2011. Embora tais conquistas sejam importantes, pela garantia legal que representam, entende-se que no aspecto objetivo da reprodução material da vida ocorreram escassos avanços e as famílias continuam residindo em casas cobertas por lonas, sem atendimento de água e esgotos, sem acesso local aos atendimentos básicos de saúde e educação fundamental e média, com transporte público precário e insuficiente, sem orientações técnicas para produção agrícola, sem investimentos no âmbito cultural para a preservação dos costumes e valores quilombolas (COSTA, 2013).

Segundo a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), em seu Art. 215, o Estado deverá garantir a todos o pleno exercício dos direitos culturais. Já no Art. 216, que

¹ Para melhor aprofundamento sugere-se ler o artigo completo da Rede Mocambo (2008), disponível em: <http://www.mocambos.org/noticias/tabacaria-e-o-primeiro-territorio-reconhecido-como-quilombola-pela-uniao-em-alagoas>.



versa sobre o patrimônio cultural brasileiro, o inciso 5º determina que “ficam tombados todos os documentos e sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos”. Assumindo o Estado a manutenção do patrimônio histórico tombado, significa que o reconhecimento oficial da ‘memória quilombola’ implica em assegurar às comunidades as condições necessárias para preservar e cultivar tal tipo de reminiscência.

Além desses preceitos Constitucionais, há uma série de Leis posteriores a 1988, que oferecem fundamentação legal para o desenho das políticas quilombolas, cujas expressões atuais são o Programa Brasil Quilombola e a Agenda Social Quilombola. Neles são previstos o acesso a terra, à infraestrutura e qualidade de vida, incluindo a promoção à saúde, a educação quilombola, o acesso à energia elétrica, a transferência de renda etc.

Mesmo contando com leis e políticas públicas específicas, o que se percebe na Comunidade da Tabacaria é a ausência quase total do Estado, invisibilizada pelas mídias locais e estadual. Essa situação é razão suficiente para atestar a ausência do Estado. Quando não são executados tais serviços básicos na comunidade, obriga-se os quilombolas a deslocamentos diários e/ou emergenciais, todavia, considerando que o serviço de transporte – também considerado direito social – é precário e insuficiente, o resultado desta operação é a negação objetiva de diversos direitos fundamentais (COSTA, 2013).

Por causa destas adversidades e negações sobrepostas de direitos, o cotidiano da comunidade é embebido em lutas sociais, ora explícitas, ora não e a resistência às políticas populistas e eleitoreiras é uma das suas expressões. Para isto, a comunidade mantém-se organizada como forma de resolver as demandas cotidianas emergentes, lutar pelos direitos que são negados e cultivar os costumes e tradições. Expressão concreta está na ‘Associação de Desenvolvimento da Comunidade Remanescente de Quilombo Tabacaria’, criada em 2005 para organizar e mobilizar a luta social e política pelo acesso a terra e às condições materiais de vida, tomando como base organizativa sua identidade étnica e rural.



4 CONSIDERAÇÕES À GUIA DE CONCLUSÃO

O latifúndio, a monocultura, a escravidão, a violência, as relações de compadrio, as desigualdades sociais crescentes se tornaram marcas indeléveis na conformação atual da sociedade e Estado alagoanos. O semiárido acompanhou este processo, recebendo ainda outras marcas próprias do clima e da geografia. tais determinantes não podem ser invisibilizados quando se trata de mobilizar os quadros de resistência à exploração capitalista, principalmente, quando se trata da organização da classe trabalhadora para a transformação societária, aproveitando os tempos de crise estrutural (LUSA, 2013).

As conquistas parciais de direitos da Comunidade Quilombola da Tabacaria representam o fundamento para as lutas ainda necessárias, diante da negação de tantos outros direitos. A ausência do Estado é evidente e motiva as representações da comunidade a denunciarem o abandono, mobilizando-a internamente para se organizar e exigir serviços que assegurem efetivamente seus direitos. Ora, eis no semiárido alagoano uma expressão das lutas atuais da classe trabalhadora em resistência à lógica do capital, denunciando as contradições do sistema e os antagonismos de classes que lhe são próprios.

Ora, já dizia Mészáros (2011, p. 48), “a questão não é ‘se haverá ruptura ou não’, mas por quais meios vão ocorrer”. Então, neste momento urge reforçar as lutas sociais, para que possam significar efetivamente a contra-hegemonia ao capitalismo, ao produzirem consciência crítica e política da classe trabalhadora, emancipando-a politicamente, mobilizando-a e incentivando-a a luta para, quiçá, chegar à transformação societária.

REFERÊNCIAS:

BRASIL, Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao?Constituicao.htm. Acesso em: 04/12/2011.



BRASIL, Secretaria Especial para Políticas de Promoção de Igualdade Racial. **Programa Brasil Quilombola**. Brasília: MDA / SEPPPIR, 2011.

CASTELO, Rodrigo. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. In: **Serviço Social & Sociedade**. (Neo)desenvolvimentismo & Política Social. N.112. Ano XXXII. São Paulo: Cortez, out./dez.2012. p.613-636.

CHESNAIS, François. Rumo a uma mudança total dos parâmetros econômicos mundiais dos enfrentamentos políticos e sociais. In: **Revista Outubro**. n.01. São Paulo: Instituto de Estudos Socialistas (IES), 1998. p. 07-31. Disponível em: http://revistaoutubro.com.br/edicoes/01/out01_01.pdf. Acesso em: 23/04/2012.

COSTA, Érika (et.al.). Práticas pedagógicas do Serviço Social brasileiro: uma experiência de educação do campo. In: **V Congreso Argentino y Latinoamericano de Antropología Rural**. Santa Rosa, La Pampa, Argentina: Núcleo Argentino de Antropología Rural, 2013.

LUSA, Mailiz Garibotti. **Questão rural e Serviço Social**: a trajetória de uma relação e o exercício profissional na atualidade. 2011. 140 f. Projeto de doutoramento (Doutorado em Serviço Social)– Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, PUC-SP, São Paulo, 2011.

_____. **A (in)visibilidade do Brasil rural no Serviço Social**: o reconhecimento dos determinantes a partir da análise da mediação entre a formação e o exercício profissional em Alagoas. 2012. 394 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, PUC-SP, São Paulo, 2012.

_____. O rural no semiárido e a formação sócio histórica de Alagoas. In: **TERRA EM ALAGOAS**. [Mímeo. Livro em fase de editoração]. Maceió, 2013.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. Trad.: Francisco Raul Cornejo [et.al]. 2. ed. rev. e ampliada. São Paulo: Boitempo, 2011.



REDE MOCAMBO. 2008. **Tabacaria é o primeiro território reconhecido como quilombola pela União em Alagoas.** Disponível em: <http://www.mocambos.org/noticias/tabacaria>. Acesso em: 21/07/2012.

SILVA, Ademir Alves. As relações estado-sociedade e as formas de regulação social. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social: Módulo 2: Reprodução social, trabalho e serviço social.** Brasília: CEAD, 1999. p. 55-71.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. Estado, sociedade e esfera pública. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.** Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 285-300.



COTIDIANO E TRABALHO NO MUNDO RURAL QUILOMBOLA: uma face do semiárido alagoano

Maria Ester Ferreira da Silva¹

RESUMO: Na exposição são debatidas as experiências dos diferentes sentidos do trabalho cotidiano quilombola, com base no estudo e observação da Comunidade Quilombola da Tabacaria, Palmeira dos Índios (AL). A análise volta-se para o reconhecimento do sujeito quilombola como trabalhador do semiárido alagoano. São apontadas as concepções de trabalho e cotidiano, fundamentadas no pensamento crítico, que permitem aferir ao negro rural quilombola a característica de trabalhador e produtor de cultura em seu cotidiano.

PALAVRAS-CHAVE: Quilombolas; Trabalhador; Cotidiano Semiárido.

ABSTRACT: In the exposition are discussed experiences in the various senses of the daily work quilombola, based on the study and observation of the Quilombola Community of Tabacaria, in Palmeira dos Índios (AL). The analysis turns toward the recognition of the subject as a worker quilombola of the semiarid alagoano. It presents the concepts of work and daily lives, based on critical thinking, which allow to gauge the characteristic negro rural worker and producer of culture in their daily lives.

KEYWORDS: Quilombolas; Worker; Daily lives; Semiarid.

¹ Doutora. Universidade Federal de Alagoas (UFAL)



Esta exposição objetiva refletir sobre as experiências dos diferentes sentidos do cotidiano do trabalho na Comunidade Remanescente de Quilombo do povoado da Tabacaria na cidade de Palmeira dos Índios – AL.

Com a criação da figura sociológica do quilombola emerge também o sujeito de direitos quilombola e todas as discussões pertinentes a este sujeito devem ser feitas no espaço da academia. A discussão acerca do trabalho no mundo rural, mais especificamente no mundo rural quilombola é antiga, porém, as novas roupagens com que se revestem antigos problemas precisam ser investigadas e problematizadas.

No processo de transição de sujeitos sem terra a sujeitos de direitos fundiários o homem quilombola trabalha como alugado, meia, trabalhador temporário em terras que não lhes pertencem, por sua vez, ou até mesmo por seu alimento diário. Então emerge a pergunta: como se dá o trabalho no cotidiano do mundo rural quilombola? Sem intenção de esgotar o debate, esta se configura como uma das indagações que perpassam o presente artigo.

Para tanto, iremos dialogar com os autores que discutem tal temática, portanto, na discussão que toca a questão do cotidiano iremos utilizar Agnes Heller que vai nos trazer o conceito de cotidiano pautado em uma perspectiva crítica, e atrelada a esta discussão será trazida a contribuição de Ricardo Antunes no que toca à categoria trabalho. Porém, toda essa discussão será articulada à realidade da comunidade quilombola da Tabacaria na tentativa de compreender o significado do cotidiano e trabalho a partir do ponto de vista dos membros desta, identificando padrões simbólicos, práticas, atitudes, valores, ideias, sentimentos, sistemas classificatórios dentro das categorias de análise da realidade e visões de mundo do universo em questão. Tudo isso será possibilitado através da análise de relatos de histórias de trabalho através da oralidade de quilombolas, coletadas no Relatório Antropológico realizado na comunidade pela Antropóloga Mônica Lepri.

As comunidades quilombolas, em sua maioria, no Estado de Alagoas ainda não possuem suas terras reconhecidas e tituladas, porém, a Comunidade Remanescente de Quilombo da Tabacaria apresenta um diferencial em termos legais, pois esta foi a primeira



comunidade remanescente de quilombo a ter as terras que ocupam identificadas e delimitadas, por conseguinte boa parte destas tituladas.

O processo de identificação, delimitação e titulação das terras para as comunidades de negros rurais e da mesma forma para, especificamente, a Comunidade Remanescente de Quilombo da Tabacaria não é algo que ocorre em curto prazo, é produto das lutas continuadas dos movimentos sociais correspondentes a estes sujeitos de direitos, e se gestam gradualmente. Apesar de a comunidade da Tabacaria apresentar demandas comuns a outras tantas comunidades, também rurais mas que não especificamente são ditas remanescentes de quilombo, esta revela demandas peculiares à sua realidade.

A comunidade da Tabacaria, no semiárido alagoano, agrega muitas famílias e estas possuem uma relação de dependência com as terras que ocupam de forma que sua relevância vai para além do uso desta, como valor de troca. Diferente da lógica capitalista, a terra para estas famílias possui em primeira instância valor de uso, um valor identitário, pois diz o que cada negro rural é dentro de seu território e, por conseguinte este desenvolve um sentimento de pertencimento.

O território para os negros rurais está carregado de significado, este agrega questões cotidianas que vão da religiosidade ao trabalho. As falas dos moradores da comunidade da Tabacaria estão recheadas de cotidianidade e de significado. Não há vida cotidiana sem espontaneidade, sem precedentes, sem juízos provisórios e toda essa flexibilidade e inventividade humana.

Há quem discorde da questão de os negros rurais serem classe trabalhadora. Porém, que nome daríamos ao que estes desempenham cotidianamente em seus territórios de vida e vividos? Será que o conceito de classe trabalhadora, perpassado continuamente nas academias está dando conta da realidade da Comunidade da Tabacaria? Acompanhar o cotidiano destes seres sociais nos exige um olhar que vá para além de conceitos acabados no que se refere ao trabalho e a classe considerada trabalhadora.

As reflexões postas até aqui nos parecem bastante pertinentes e precisam ser feitas e problematizadas continuamente, além de serem levadas para as salas de aulas e



grupos de discussão, provocando a visibilidade desta face do semiárido alagoano e a discussão deste em sua totalidade.

Todavia, é imprescindível que elas retornem para a comunidade, para ser debatidas e compreendidas pela mesma, acrescentando-lhes os aspectos da sua cotidianidade de vida e trabalho.

Portanto, entende-se ser primordial que a classe trabalhadora consiga alcançar a consciência de classe para si e que a partir de então, possa se organizar politicamente para que se representem dentro e fora da comunidade a fim de alcançar, através de posicionamentos políticos e lutas para a conquista de direitos, reconhecimento e valorização do seu trabalho.

REFERÊNCIAS:

ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha**. Ensaio sobre a nova morfologia do Trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a História**. 3.ed. Trad.: Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

LEPRI, Mônica C. **Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID)**. Processo Administrativo n. 54360.000140/2007-01. Maceió (AL): Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), 2007.



MIGRAÇÃO CAMPONESA: dominação e resistência ao capital

Cícero Ferreira de Albuquerque¹

RESUMO: A migração é um fenômeno social recorrente na vida do camponês do Semiárido alagoano. A região canavieira é o principal destino utilizado pelos migrantes. A migração é estratégica para a reprodução camponesa, mas também serve aos ditames do capital sucroalcooleiro. Os conflitos entre capital e trabalho têm crescido nos últimos tempos.

PALAVRAS-CHAVE: Semiárido; Trabalhador; Migrações.

ABSTRACT: The migration is a social phenomenon recurrent in peasant life Semi-arid alagoano. The sugarcane region is the main destination used by the migrants. The migration is strategic for the reproduction peasant, but it also serves to the dictates of sugarcane capital. The conflicts between capital and work have grown recently.

KEYWORDS: Semi-arid; Worker; Migration.

¹ Doutor. Universidade Federal de Alagoas (UFAL)/ Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).



1. O SEMIÁRIDO ALAGOANO: BREVE CARACTERIZAÇÃO

O Semiárido alagoano ocupa o menor percentual de área inclusa no chamado 'Polígono das Secas', 43,7%, do seu território. Por dispor de características climáticas mais favoráveis à agricultura do que as áreas semiáridas dos outros Estados nordestinos, Alagoas são "cognominado vulgarmente de 'o filé do Nordeste'" (ANDRADE, 1998, P.33).

A região sertaneja alagoana é composta por 26 municípios e nela moram cerca de 500 mil habitantes. O clima quente na maior parte do ano, em média 25° C, desde os tempos coloniais, impacta a vida do sertanejo. Já o Agreste alagoano é formado por 23 municípios e tem uma população de aproximadamente 475 mil habitantes.

Na realidade de Alagoas, a migração é um fenômeno de vulto, seja pela sua trajetória histórica, seja pelo significado econômico ou mesmo pelo fértil campo de pesquisa e análise sociológica que representa. A safra canavieira de 2013 deve ultrapassar os 30 milhões de toneladas e empregar cerca de 70 mil trabalhadores. A seca de 2012-13, fartamente noticiada pelos meios de comunicação, é considerada a maior dos últimos 50 anos e tem contribuído para o aumento do número de migrantes para a região canavieira.

2. SIGNIFICADOS HISTÓRICOS DO PROCESSO MIGRATÓRIO

Historicamente, a seca tem sido apontada como a causa da migração. Tribos indígenas que habitaram a região antes dos portugueses viam-se permanentemente obrigadas a migrar por causa das secas. Os colonizadores portugueses foram forçados a vários recuos devido às secas até a ocupação efetiva do "Nordeste interior" (ANDRADE, 2010). O campesinato constituído na região não teve a mesma mobilidade que os primeiros habitantes, mas nem sempre foi possível conviver com as intempéries da natureza.

Entretanto, nos dias atuais, não é a seca determinante do processo migratório, ela é uma razão secundária e assim deve ser considerada. A má distribuição das terras é o principal motivo da migração (ALMEIDA, 2010). A migração não ocorre por razões



conjunturais, a seca, mas por razões estruturais, representadas pelo monopólio da terra. Como bem diz a sabedoria popular na região: o problema não é de seca, é de cerca. De forma mais ampla, conforme Francisco de Oliveira, (19881), estamos diante de uma realidade em que o capital hegemônico historicamente configura as regiões e estabelece, conforme os seus interesses, o papel de cada uma no panorama de acumulação e expropriação da natureza e do trabalho humano.

O fenômeno da migração temporária no Nordeste brasileiro remonta ao fim do século XIX e começo do século XX. Os movimentos migratórios acontecem na direção da Zona da Mata, mas também para capitais e até para outras regiões do País. Migram os pobres e, destacadamente, os mais jovens. Os proprietários rurais de unidades produtivas de pequeno e médio porte e seus filhos formam a massa migrante. Os grandes proprietários são beneficiados por esse processo. Maria Aparecida de Moraes Silva, em *Retirantes do fim do século*, nos diz que “[...] a migração, quer seja definitiva ou sazonal, produz a passagem de uma estrutura de dominação para outra, [...] a migração não liberta o camponês das amarras do poder dos grandes proprietários” (SILVA, 1999, p. 237).

O processo migratório é determinado por causas macroeconômicas, o que não anula o papel de indivíduos e grupos na elaboração de seus projetos migratórios. É o que fazem milhares de camponeses todos os anos: confrontam o caráter totalizante do capital, constroem e reconstroem as suas estratégias de reprodução. O campesinato é portador de um ethos particular, cujos códigos de produção e de convivência social contrariam as lógicas gerais do capital. Entre outras coisas, o trabalho familiar constitui a principal força de reprodução da unidade produtiva.

Dois grupos principais migram: 1 – Os desempregados do campo e da cidade – maioria dos migrantes. São trabalhadores rurais, ex-camponeses ou não, com vida no campo ou na cidade. Esse grupo, quando tem oportunidade, sobrevive do trabalho que realiza nas médias e grandes propriedades da região. No verão, migram em busca de trabalho e de melhores rendimentos. São os vínculos familiares e a identidade que têm com a região que os trás de volta. Os rendimentos obtidos no corte da cana são, muitas vezes, a única renda que têm durante o ano e, quando somadas duas safras, adquirem o direito ao seguro desemprego, ou seja, a cada dois anos, garantem um ano inteiro com



salário. 2 – Os camponeses com pouca terra. Sem ou com pouca tecnologia e assistência técnica, produzem para a reprodução da unidade familiar e destinam pequena margem da produção para o mercado. Atuam no limite das suas possibilidades objetivas. Têm profunda relação com a terra e forte identidade com a região. Assim, a migração temporária é uma exigência de sobrevivência e uma estratégia de melhoramento da sua “condição camponesa”.

O camponês do Semiárido alagoano não consegue viver só da produção obtida na sua terra, ela é insuficiente e precisa do complemento de outras rendas. A venda de dias de trabalho a um grande proprietário da região ou mesmo o trabalho como pedreiro, marceneiro ou outros, também não garante a sua e a sobrevivência da família. Migrar é preciso.

Vivendo como migrado, no universo canavieiro, o migrante se depara com condições de existência extremamente adversas e com relações de produção típicas de um modelo de assalariamento, destacam-se também as crescentes contradições de classe que envolvem o mundo do trabalho, assim como são constituídas as relações de tensão com as populações locais (ALBUQUERQUE, 2009; WANDERLEY, 1979; ANDRADE, 1994;).

No universo canavieiro alagoano, de forma genérica, todo migrante do Semiárido é chamado de “sertanejo”. Os ‘sertanejos’, por sua vez, chamam os canavieiros da Zona da Mata de os “da rua” (PLANCHEREL; ALBUQUERQUE; VERÇOSA, 2009). Quando os “da rua” caracterizam os migrantes do Semiárido de ‘sertanejos’, demonstram não uma incapacidade de distinguir quem é do Sertão e quem é do Agreste. Na verdade, estão demonstrando a sua rejeição contra aqueles que chegam e ameaçam os seus empregos, contra aqueles que, conforme expressam, ‘aceitam’ os extremos rigores e os abusos das usinas. “Eles são considerados passivos, submissos e inconscientes e, portanto, constituem-se como categoria avessa à organização de classe” (MENEZES, 2002, p. 18).

Um dos significados mais relevantes da migração é o impacto que ela gera em outras regiões. A região canavieira, por exemplo, há várias décadas vem recebendo migrantes no período de safra. No ensaio Cassacos e Corumbas, realizado no contexto da Zona da Mata pernambucana, Maria Teresa S. de Melo Suarez aborda a migração



como parte de um processo social determinado por causas estruturais e dinâmicas produtivas diferentes. Para a autora tal relação se configura como “[...] uma forma especial de inter-relação entre a grande e a pequena propriedade (o chamado ‘complexo latifúndio-minifúndio’), através da migração espacial dos trabalhadores rurais” (SUAREZ, 1977, p. 96).

Esse movimento sempre foi povoado de conflitos e tensões. Nos últimos anos as tensões têm se renovado e assumido novos contornos. O fato é que a região canavieira vive uma transformação profunda nas últimas décadas. As relações entre capital e trabalho, especialmente, foram alteradas. Novos modelos de gestão e de controle do trabalho foram impostos, gerando dor e sofrimento para os trabalhadores canavieiros e taxas de mais-valia ainda mais agressivas (ALBUQUERQUE, 2009; CARVALHO, 2000; SILVA, 1999). Tais alterações acirraram as lutas de classes no universo canavieiro, fato que fica evidenciado com as recentes greves e protestos no universo canavieiro alagoano (CÂNDIDO; MALAGODI, 2007) e fortaleceram o interesse dos empregadores de ter a mão de obra dos migrantes ‘sertanejos’. Mas eles são buscados cada vez em menor número, o corte da cana adota princípios de racionalidade produtiva típicos da administração moderna, que significa, entre outras coisas, redução de mão de obra e aumento de produtividade. Entretanto, mantêm-se o tradicional sentido estratégico utilizado pelo capital açucareiro ao buscar o trabalho migrante, garantir a plena ocupação das vagas de trabalho no período da safra.

O migrante é um corpo estranho na realidade que o recebe. Embora Hasse (2007, p.77 e 78), diga que “[...] para se fixar num território novo, ainda que temporariamente, o migrante precisa manter uma boa relação com o meio ambiente, nele incluídos os humanos já estabelecidos”, não é isso que ocorre. As relações de convívio são difíceis. Na raiz das tensões vemos que a presença do migrante “quebra o *status quo* do lugar onde se insere”.

O ‘sertanejo’, como um de ‘fora’, um outsider, sente o olhar de preconceito e de discriminação contra si e contra a sua região, ressentido-se, é visto como um desgarrado da sua região, da sua gente e da sua família, mas, é principalmente a sua condição de concorrente no mundo do trabalho, que faz com que seja visto como um intruso, uma



ameaça, despertando o olhar hostil dos demais trabalhadores canavieiros. A fama de bom trabalhador representa a grande vantagem dos 'sertanejos' em relação aos 'da rua'.

As representações produzidas pelos trabalhadores "da rua" e pelos patrões constituem identidades distorcidas do 'sertanejo'. Ser 'sertanejo' é a sua "imperfeição original", em seguida lhes são imputados imperfeições e atributos que o descaracterizam como ser humano comum, diverso, dinâmico. Ser 'sertanejo' ganha fortes contornos negativos, configurando-se como um estigma (GOFFMAN, 2008, p. 15) e confirmando a tese de que "ninguém migra impunemente" (Hasse, 2007, p. 84). De um lado, ele aparece como desprovido de autoestima e de consciência de classe, é acusado de tolerar os abusos extremos dos patrões; do outro, ele é máquina, dócil, pois além de cumprir as rigorosas metas de produção, convive com condições que lhes são hostis.

Por sua vez, o camponês que migra para a região canavieira tem uma condição que os 'da rua' não conhecem. Tem uma atividade de auto-reprodução, o que inclui um pedaço de terra, uma casa própria e algum gado, por isso, não raro, lançam um olhar superior, enxergam os 'da rua' em condições de inferioridade financeira e patrimonial. Os 'da rua', muitas vezes, sequer têm um lugar próprio para morar, vivem de aluguel nos povoados, vilas ou mesmo nas periferias da cidade. Enquanto isso, o camponês move-se em função de um projeto de manutenção e/ou de aprimoramento do patrimônio que possui, o que o faz, conseqüentemente, um sujeito com mais autonomia (CASTORIADIS, 1982; SADER, 1988).

A administração moderna é uma criação científica subordinada ao capital e tem como fito aprimorar a exploração do homem e da natureza, maximizando lucros. Esse processo é parte de um movimento de racionalização que caminha em diferentes sentidos. Na indústria, um conjunto de mudanças circunscritas ao fenômeno da reestruturação produtiva impõe grandes mudanças no processo produtivo e lega ao trabalho um lugar de graves precariedades. No campo, o mesmo fenômeno tem feito estragos ainda maiores. Tradicionais relações de produção têm sido alteradas e novas dinâmicas de concentração de terra são observadas. São parâmetros importantes nesse processo o controle técnico-científico da mão de obra, o gerenciamento do tempo e o aumento da produção. Os modelos produtivos da indústria moderna têm sido



aperfeiçoados e estendidos ao campo. Essas mudanças decorrem de uma ação articulada do empresariado e do Estado. Conforme Maria Aparecida de Moraes Silva, “A partir dos anos 50, o aumento da produção agrícola vai ocupar o centro do discurso das classes dominantes por meio da ideologia desenvolvimentista que condenava o atraso do campo, a fraca produtividade, os métodos atrasados e a miséria dos trabalhadores” (SILVA, 1999, p. 62).

O migrante do Semiárido não precisa ‘expulsar o camponês’ para fazer surgir a ‘fisionomia de cortador de cana’, apenas, no começo, é preciso discipliná-lo, adaptá-lo ao ambiente, aos movimentos e às exigências do novo trabalho. Porém, como a migração é cíclica, logo seus corpos são docilizados. Para Foucault (1975, p, 126), dócil é “um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado”.

O sentido estratégico que o camponês migrante empresta à migração sazonal é um componente essencial para entender o seu comportamento no universo canavieiro, isto ajuda a entender o mecanismo “que o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente” (FOUCAULT, 1975, p, 127). Este fenômeno, paradoxalmente, pode ser registrado como códigos de sujeição ou de resistência.

Os camponeses migrantes são movidos por duas razões muito pragmáticas: 1) a busca do maior rendimento pelo trabalho desenvolvido para garantir a sua reprodução e a da sua família, assim como todo trabalhador assalariado, 2) a procura das melhores condições para a realização de uma poupança que garanta a manutenção e o aprimoramento de sua propriedade. As ações disciplinadoras que favoreçam tais fins podem até ser bem vistas pelos camponeses, ainda que em certas circunstâncias estas lhes imponham maior esforço físico, são entendidas como ‘males necessários’. Da mesma forma, qualquer iniciativa que contrarie seus fins é alvo de reações, um exemplo disso foi a adoção de contratos safristas por diversas usinas alagoanas em 2011. Essa medida impossibilitava a soma um ano de carteira assinada a cada duas safras e lhes impediam de receber o benefício do seguro desemprego bianualmente. Diante do prejuízo, os migrantes fizeram greve. Esse fato foi inédito e ajudou a reverter a decisão das usinas.



Atualmente, a certeza do seguro desemprego a cada duas safras é uma das maiores razões da migração.

O disciplinamento do corpo e o controle do tempo são instrumentos que determinam a produção. Os corpos sentem e expressam essas consequências. Aos 40 anos, a exemplo, o trabalhador canavieiro aprimorou a técnica do corte da cana, mas suas energias estão reduzidas e sua capacidade de produção afetada. Os desgastes físicos decorrentes do esforço repetitivo e da exigência de ter grande produção o afetam física e psicologicamente. É comum encontrarmos-lo incapacitado para o trabalho após algumas safras.

O migrante sertanejo é considerado pelos empregadores como um bom cortador de cana. O bom cortador de cana é apenas aquele que tem maior tenacidade física e que é capaz de produzir em grande quantidade, mas que o faz cuidando dos detalhes. Como bem diz Foucault (1975, p, 128), “A disciplina é uma anatomia política do detalhe”. Uma das grandes mudanças introduzidas nos eitos foi a adoção de técnicas de produção marcadas por um conjunto minucioso de procedimentos. A rigorosa especificação do tamanho do ‘toco’ da cana, a severa separação do ‘olho’ cortado da cana da esteira, a rígida disposição da cana cortada nas esteiras e outras práticas, exigiu um disciplinamento maior dos trabalhadores e um acompanhamento permanente dos fiscais. A lógica que preside tais mudanças é determinada pelo capital em seu processo mundial de reestruturação produtiva e visa combinar quantidade e qualidade produtiva, reduzir custos e ampliar lucros, o que demanda, entre outras coisas, a existência de corpos e mentes bem disciplinados.

Ao mergulhar no mundo canavieiro, o migrante tem rompido, temporariamente, a sua condição de camponês, é precarizado. Sua força de trabalho ajuda a indústria canavieira a existir e a prosperar. Paradoxalmente, a indústria canavieira, assim como a construção civil, por exemplo, são importantes para a manutenção de milhares de pequenas propriedades agrícolas no Semiárido alagoano e de todo o Nordeste. Essa relação de complementaridade é perversa, pois acontece em condições desiguais.

Submetido à gana voraz do capital sucroalcooleiro o camponês tem o seu corpo maltratado e o tempo de sua vida monitorado pela disciplina produtiva inspirada em



conteúdos técnico-científicos cada vez mais elaborados. A essa realidade ele procura adaptar-se, e assim, é constituída “uma relação de docilidade-utilidade” (FOUCAULT, 1975, p, 126). Essa relação de “docilidade-utilidade” não representa um nexo de heteronomia e de poder unilateral absoluto. Dominação e resistência compõem um fruto agri-doce. Estamos diante dele. Anômalo na natureza, estranho e quase imperceptível na realidade. Na dominação do migrante há uma dimensão de deixar-se domar quando é útil e vantajoso.

Uma das razões dos conflitos entre os ‘da rua’ e os ‘sertanejos’ nos últimos anos é a não adesão dos mesmos nos movimentos grevistas ocorridos na região. Só em 2010 foram registradas 14 greves de canavieiros em Alagoas. O motivo principal foi a adoção do contrato safrista, expediente implementado por 17 das 24 usinas. Tal contrato, diversamente do contrato por tempo indeterminado, isenta a usina da multa rescisória de 40% ao final da safra. Apesar de ter amparo legal, o contrato foi repudiado pelos trabalhadores que são por ele impedidos de, após duas safras, terem direito ao seguro desemprego.

Reiteradamente os ‘sertanejos’ foram indiferentes às lutas por melhores salários e condições de trabalho na atividade canvieira. Excepcionalmente, na usina Guaxuma, situada no município de Coruripe, eclodiu uma greve de ‘sertanejos’-canavieiros. Em defesa da validade da migração como estratégia de reprodução da sua condição campesina, os ‘sertanejos’ rebelaram-se: enfrentaram o contrato safrista. Esta não foi, como já vimos, a única greve contra o contrato, os ‘da rua’ já vinham enfrentando tal imposição das usinas, mas, por ter sido desencadeada, liderada e conduzida unicamente por ‘sertanejos’ – os ‘da rua’ ficaram indiferentes a esta greve -, ela teve significados particulares. O primeiro a ser constatado: o fim do mito de que o ‘sertanejo’ é passivo e tolera qualquer abuso. O contrato safrista feria os seus interesses mais estratégicos. Outros significados serão revelados.

Diz-nos Foucault (1975, p, 28), que “a necessidade é também um instrumento político cuidadosamente organizado, calculado e utilizado” para o disciplinamento do corpo. Entretanto, sobre a necessidade também atua quem necessita. O portador da necessidade, ainda que numa faixa menor de ação, faz seus cálculos, organiza os seus



atos e comportamentos a partir da necessidade que tem e para além dela. Vontades e desejos inspiram resistência e autonomia. Não entender que o camponês atura um domínio maior que o 'da rua' é um erro tão elementar quanto pensar que ele pode migrar e não se submeter à disciplina laboral imposta pelos novos ditames do capital sucroalcooleiro. Esse fenômeno é complexo, já motivou muitos estudos e segue aberto a investigações. Instigam-nos os significados físicos e psicológicos dos novos padrões disciplinares sobre o sujeito migrante, e principalmente os impactos sobre sua família e sua existência campesina.

3. CONCLUSÃO

Sem dúvidas, o camponês migra porque precisa migrar. A migração temporária, entretanto, é mais do que uma exigência da realidade, ela assume contornos de uma atividade pluriativa, complementar, alternativa, é parte das estratégias de reprodução do campesinato. Forçado pela realidade, mas também em nome da manutenção da pequena propriedade e da autonomia relativa que ela representa, o camponês tanto faz trabalhos pontuais na sua região como migra durante os períodos de estiagem.

É a compreensão do caráter contraditório e dialético dessa realidade que nos permite entender os significados da migração na experiência do campesinato. No Brasil, desde o período colonial, a capacidade do campesinato de resistir à hegemonia do grande capital escapa às visões lineares da história. A resistência campesina é um fenômeno duradouro. Contrariando aos deterministas, o campesinato não está em liquidação e nem vive um processo inexorável de proletarização. Nada mais fátuo do que tratá-lo como categoria pretérita e a sua existência como fenômeno residual no conjunto da sociedade moderna.

Por fim, a migração é objeto de diversas áreas de estudo. Conhecimentos produzidos por pesquisadores da sociologia, da história, da antropologia, da demografia e da geografia, por exemplo, são imprescindíveis e complementares para a compreensão da questão. O fenômeno da migração está inserido num conjunto de relações econômicas, sociais, políticas e culturais que são indissociáveis. Não é possível conhecer



adequadamente o fenômeno migratório sem o diálogo entre os saberes das diversas áreas de estudo e sem compreender que sobre ele implicam diferentes motivações. O método crítico-dialético nos indica os meios fundamentais para a realização das tarefas de pesquisa que despontam e para o entendimento das dinâmicas contraditórias da realidade.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Cícero Ferreira de. **Cana, casa e poder**. Maceió: Edufal, 2009.

ALMEIDA, Sávio. Manuel Correia de Andrade: os empobrecidos e a terra. In. **Economia política do desenvolvimento**: Revista de Ciências Econômicas da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade – UFAL. – V. 3, Edição especial – 224p. – Maceió: CEPAL/UFAL, ago. 2010.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Modernização e pobreza**: a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico. São Paulo: Ed. da Universidade Estadual Paulista, 1994.

_____. **A Terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 6. ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998.

ANDRADE, Lopes. **Introdução à sociologia da seca**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2010.

CÂNDIDO, Paulo e MALAGODI, Edgard. **Mobilização de trabalhadores canavieiros e ação estatal no setor sucroalcooleiro do Nordeste**. Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Ciências Sociais Aplicadas (Nepaad). Departamento de Ciências Sociais (DCSA). Universidade Estadual da Bahia (UESB). Ano VII, nº 08, jul./dez. 2009. Vitória da Conquista: edições da UESB, 2009.

CARVALHO. Cícero Pérciles de. **Análise da reestruturação produtiva da agroindústria sucro-alcooleira alagoana**. Maceió: Edufal, 2000.



CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1975.

GOLFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

HASSE, Geraldo. "Meus caros pais": uma trajetória migrante. In: CUNHA, Maria Jandira Cavalcanti... [et al.]. **Migração e identidade: olhares sobre o tema**. São Paulo: Centauro, 2007.

HEREDIA, Beatriz Alasia de. **Formas de dominação e espaço social: a modernização da agroindústria canavieira em Alagoas**. São Paulo: MCT/CNPq/Marco Zero, 1988.

IBGE. **Censo Demográfico – 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

MENEZES, Marilda Aparecida de. **Redes e enredos nas trilhas dos migrantes: um estudo de famílias de camponeses migrantes**. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 2002.

OLIVEIRA, Chico. **Elegia para uma re(li)gião**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

PLANCHEREL, Alice Anabuki ALBUQUERQUE, Cícero Ferreira de; VERÇOZA, Lúcio Vasconcellos de. Os sertanejos e "os da rua": Idas e vindas do trabalho nos canaviais alagoanos. In: **Anais do I Seminário Internacional Ruralidades, Trabalho e Meio Ambiente**, São Carlos (UFSCar), 2011.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena**. Rio: Paz e Terra, 1988.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Fundação da Editora da UNESP, 1999.

_____. A morte ronda os canaviais paulistas. **Reforma Agrária – Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, São Paulo, v. 33, nº 2, p. 111-142, 2006.

SUAREZ, Maria Teresa Sales de Melo. **Cassacos e corumbas**. São Paulo, Ática, 1977.



WANDERLEY, Maria de Narareth B. **Capital e propriedade fundiária na agricultura brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. Prefácio à edição brasileira. In. SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.